

ANEXO 4

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

*Em caso de Consórcio, o presente termo de compromisso deverá ser apresentado apenas pelo Consórcio, devidamente representado pela empresa líder.

(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2021.11.03.2, PARA CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE ESGOTOS SANITÁRIOS NO MUNICÍPIO DO CRATO-CE, INCLUINDO A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO E RESPECTIVAS LIGAÇÕES PREDIAIS, INTERCEPTORES, LINHAS DE RECALQUE E EMISSÁRIOS, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO, E GESTÃO COMERCIAL DE TODO SISTEMA DE SANEAMENTO.

À

Prefeitura do Município do Crato-CE

Comissão de Licitação

Prezados Senhores,

O [nome do CONSÓRCIO], representado pela empresa líder [razão social da empresa líder], inscrita no CNPJ sob o Nº [●], com sede à [endereço completo da empresa líder],

por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

(i) Caso seja o(a) vencedor(a)/adjudicatário(a), constituirá e registrará, antes da assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, em consonância com as leis brasileiras e com sede no Município do Crato-CE;

(ii) O objeto social da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO restringir-se-á, exclusivamente, ao escopo do CONTRATO DE CONCESSÃO objeto da Concorrência Pública nº 2021.11.03.2, situação esta que será contemplada nos respectivos atos constitutivos;

(iii) Se compromete a implementar na SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO padrões de governança corporativa e de contabilidade compatíveis e harmônicas aos ditames da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial), bem como elaborar demonstrações financeiras padronizadas, nos termos do §3º, do art. 9º, da Lei Federal nº 11.079/2004, da Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores) e das Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);

(iv) O prazo de duração da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO corresponderá ao prazo da vigência da CONCESSÃO; e

(v) Está ciente de que, durante todo o prazo de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, a transferência do controle acionário da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO e/ou da CONCESSÃO dependerá de prévia e formal anuência do PODER CONCEDENTE, sendo que, em caso contrário, decretar-se-á a caducidade da CONCESSÃO.

[Local e Data]

[Assinatura do Representante Legal]

[Nome da CONSÓRCIO]
[Nome / RG / CPF do Representante Legal da Empresa Líder]